



Reforçado empoderamento da rapariga

MOÇAMBIQUE alcançou avanços significativos no empoderamento da rapariga, com enfoque para o acesso à educação de qualidade, aprovação de legislação contra as uniões prematuras e participação nos processos de desenvolvimento.

Não obstante estes avanços, persistem desafios ligados à violência baseada no género, assédio no ambiente escolar e/ou profissional, desemprego e exclusão social, com impacto na saúde mental e bem-estar psicossocial.

Segundo Júlio Langa, representante nacional da Iniciativa Regional para o Apoio Psicossocial (REPSI), é preciso que todos os sectores da sociedade, Governo e outros agentes sociais apoiem os esforços para emancipação da rapariga e a respectiva integração nas diversas áreas socioeconómicas.

Langa, que falava sobre os desafios para o alcance do empoderamento das meninas no âmbito da celebração do Dia Internacional da Rapariga, que hoje se assinala, explicou que mais de oito mil raparigas foram assistidas no ano passado pela REPSI, após sofrerem vários tipos de trauma.

“Nós trabalhamos com mais de oito mil raparigas vítimas de abuso e estigma relacionado ao HIV/Sida. Este grupo de raparigas

faz parte de um total de 15 mil jovens, que receberam assistência psicossocial”, explicou.

A fonte defendeu que o alcance pleno do bem-estar da rapariga começa por o Governo assumir que os jovens devem participar no processo de liderança, desde cedo, permitindo que eles aprendam com os próprios erros.

Ainda no quadro da efeméride, as organizações internacionais Save the Children e Girls Child Rights emitiram um comunicado conjunto onde defendem a necessidade de um maior investimento na educação e no empoderamento da rapariga, acção que deve contar com envolvimento de todos os segmentos da sociedade.

As instituições entendem que autoridades devem permitir que as raparigas retornem à escola o mais rápido possível após uma crise aguda, investir na educação em situações de emergência, como o caso dos ciclones IDAI e Kenneth, que assolaram as regiões centro e norte do país.

“É preciso desenvolver estratégias proativas de mitigação contra o casamento prematuro, após um desastre, bem como identificar e envolver mais actores no combate a este mal nas comunidades, tanto na prevenção como na resposta”, acrescenta.